

RECURSO ESPECIAL Nº 1.701.543 - CE (2017/0254508-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADOS : CLAUDIO CHAVES ARRUDA E OUTRO(S) - CE013162
GERSON SAMPAIO GRADVOHL - CE015485
RECORRIDO : FRANCISCO LEITE DE AQUINO
ADVOGADO : REGINALDO GONÇALVES DE MACEDO E OUTRO(S) - CE011784

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL, AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE DEU PROVIMENTO MONOCRÁTICO à RECURSO APELATÓRIO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. MALFERIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 739-A, § 5º, DO CPC/73 (VIGENTE À ÉPOCA). NECESSIDADE DE OPORTUNIZAR À PARTE A EMENDA DA EXORDIAL. ALEGAÇÃO DO AGRAVANTE QUE DESAFIA A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

I. Nos exatos termos do art. 739-A, § 5º, do CPC/73, quando os embargos a execução têm como fundamento a existência de excesso de execução, é dever do embargante declarar na proemial o valor que entende devido, apresentando juntamente memória de cálculo, sob pena de rejeição dos embargos.

II. Ocorre que, ao contrário do que defende o agravante, conforme determina o regramento insculpido no art. 284 do CPC/73, deve à parte ser concedida oportunidade para emendar a vestibular, com a apresentação da mencionada planilha. Precedentes do STJ.

III. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO." (e-STJ,fl.247)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação do art. 739-A do CPC/73 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que é indispensável apontar na petição inicial dos embargos opostos com base em excesso de execução, a parcela introversa do débito, bem como as incorreções no cálculo do credor, sob pena de rejeição liminar dos embargos à execução, não se admitindo a intimação para emenda à inicial.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 393)

É o relatório. Passo a decidir.

O Tribunal de origem, no que pertine à alegação de que, na vigência do CPC/73, era indispensável apontar na petição inicial dos embargos opostos com base em excesso de execução a parcela introversa do débito, bem como as incorreções no cálculo do credor, sob pena de rejeição liminar dos embargos à execução, não se admitindo a intimação para emenda à inicial, expressamente consignou o seguinte:

"Ocorre que, conforme já assinaei na decisão monocrática objurgada, conquanto não há como se negar que, in casu, em tendo sido alegado na exordial dos embargos excesso de execução, deveria o ora agravado ter indicado o valor que entende correto, mediante inclusive a apresentação da respectiva memória de cálculo, é certo também que este vício é perfeitamente sanável, de modo que não poderia o magistrado a quo ter rejeitado os embargos a execução movidos na origem sem que antes tivesse conferido ao agravado a oportunidade de emendar da petição inicial, visando corrigir esse defeito." (e-STJ, fls.249/250)

Ocorre que, conforme entendimento desta Corte Superior, na vigência do CPC/73, como foi o caso dos autos, estando os embargos fundados no excesso de execução, cabe ao embargante, na petição inicial, indicar o valor que entende correto e a apresentar da memória do cálculo, sob pena de indeferimento liminar, sendo inadmitida a emenda da petição inicial. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. EMENDA DA INICIAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O artigo 739-A, § 5º, do Código de Processo Civil de 1973, vigente à data da oposição dos embargos à execução, exigia, na alegação de excesso de execução, a indicação, na exordial, do valor que o embargante entende correto e a apresentação da memória do cálculo, sob pena de indeferimento liminar, sendo inadmitida a emenda da petição inicial.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1714801/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe

30/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TESE ACERCA DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. VALOR CORRETO. AUSÊNCIA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO. ART. 739-A, § 5º, DO CPC. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS OU NÃO CONHECIMENTO DO FUNDAMENTO. EMENDA DA INICIAL. INVIABILIDADE. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Conforme entendimento assente na Jurisprudência desta Corte Superior, quando o fundamento dos Embargos for excesso de execução, cabe ao embargante, na petição inicial, a indicação do valor que entende correto e a apresentação da memória do cálculo, sob pena de indeferimento liminar, sendo inadmitida a emenda da petição inicial.

Incidência da Súmula 83 do STJ.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1599000/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 23/02/2017)

PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS. INDEFERIMENTO LIMINAR. EMENDA À INICIAL. IMPOSSIBILIDADE. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "A impugnação ao cumprimento de sentença ou os embargos à execução devem indicar com precisão o valor que a parte entende correto quando fundados na tese de excesso de execução, sob pena de rejeição liminar, não sendo possível, ademais, a emenda da inicial (arts. 475-L, § 2º e 739-A, § 5º, do CPC). Precedentes da Corte Especial" (AgRg no AREsp n. 430.751/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 2/10/2014, DJe 7/10/2014).

2. "A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade" (Súmula n. 382/STJ).

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 224.903/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 19/02/2016)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao recurso especial, para indeferir liminarmente os embargos à execução, ante a ausência de apontamento do valor incontroverso.

Custas e honorários advocatícios pela parte recorrida, estes fixados em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), suspensa a exigibilidade no caso de prévio deferimento da gratuidade da justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator